## COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – PL 8046/2010

# PROJETO DE LEI Nº 8.046, de 2010 (Do Senado Federal)

Suprime o artigo 120, do PL nº 8.046, de 2010.

#### **EMENDA**

Suprima-se o artigo 120, do PL nº 8.046, de 2010.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O artigo 120 do PL nº 8.046, de 2010, está assim redigido: "O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei". Tal dispositivo é uma reprodução da redação dada ao artigo 127 do atual Código de Processo Civil.

O conteúdo do dispositivo não contém atualidade em termos de metodologia jurídica. Seu conteúdo reflete uma realidade metodológica da primeira metade do século XX, não mais persistente nos dias atuais. Naquela época, o juiz aplicava a "lei", somente recorrendo à "equidade" quando autorizado pela própria lei.

Na atualidade, o juiz aplica as normas jurídicas, que constitui o gênero, do qual os princípios e as regras são espécies. Ao lado das regras e dos princípios, há os postulados normativos, entre os quais se destaca o da razoabilidade. Há várias acepções para a razoabilidade. Numa delas, a razoabilidade identifica-se com a equidade, exigindo-se a harmonização da norma geral com o caso individual.

Quer isso dizer que, na aplicação das normas jurídicas, o juiz deve considerar aquilo que normalmente acontece. Segundo esclarece Humberto



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ávila, "a razoabilidade atua como instrumento para determinar que as circunstâncias de fato devem ser consideradas com a presunção de estarem dentro da normalidade. A razoabilidade atua na interpretação dos fatos descritos em regras jurídicas." (*Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos.* 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 153).

Para além disso, a razoabilidade exige a consideração do aspecto individual do caso, afastando-se a aplicação da norma quando a situação revelarse anormal ou excepcional.

A razoabilidade serve, enfim, de instrumento metodológico para aplicação de textos normativos. Nesse sentido, confunde-se com a equidade. A equidade, na metodologia jurídica atual, funciona como critério hermenêutico ou como instrumento metodológico, sem que haja texto normativo autorizando sua utilização pelo magistrado.

O artigo 120 do PL nº 8.046, de 2010, não está, como se vê, atualizado com a metodologia jurídica atual, merecendo ser suprimido. É o que se propõe com a presente emenda.

Sala das Sessões, de

de 2011.

Deputado Bruno Araújo PSDB-PE